

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 06/Jun



cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 2983 - Ano 2023



ESPIRITO SANTO

REFORMA TRABALHISTA:

SINDIVIGILANTES ESPIRITO SANTO PARTICIPA DE EVENTO COM POLÍTICOS E ENTIDADES SINDICAIS



O projeto Diálogos pelo Espírito Santo promoveu um encontro que contou com a presença de autoridades políticas e representantes sindicais onde enfatizaram a importância da existência dos sindicatos na defesa dos direitos e benefícios aos trabalhadores.

O evento, cujo projeto foi ministrado pelo Senador da República, Fabiano Contarato, o Deputado Federal Elder Salomão e a Deputada Estadual Iriny Lopes aconteceu no dia 2 de junho.

Para o Sindivigilantes que também marcou presença no evento, a fala das autoridades políticas foram muito importantes onde cada um expos seu ponto de vista sobre as diversas classes trabalhadoras, tendo como o tema principal ajustes que precisam ser feitos na reforma trabalhista, buscando juntos, solucionar as falhas nela contida, como por exemplo o trabalho intermitente.

FONTE: SINDVIGILANTES ES

SINDICATO INGRESSOU COM AÇÕES COLETIVAS DOS POSTOS DA MOBRA

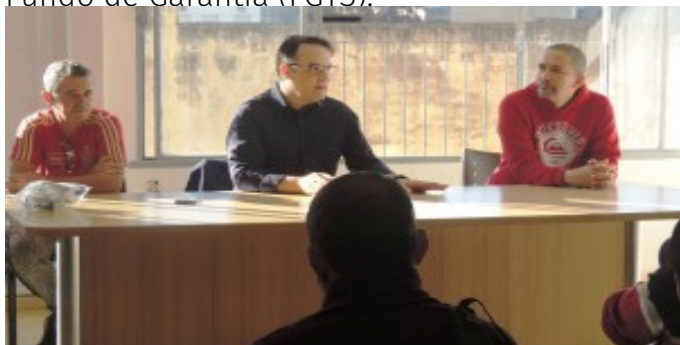


Reunião de sábado lotou auditório dos ferroviários

Na reunião que aconteceu sábado (03), em Porto Alegre, com os vigilantes da Mobra da capital e região, o assessor jurídico Maurício Vieira da Silva informou que o Sindivigilantes do Sul ingressou com ações coletivas referentes a todos os postos da Mobra, com exceção do posto do Irga, que também terá sua ação encaminhada nesta semana.

O auditório do Sindiferroviários ficou lotado de vigilantes da Mobra dos postos da Caixa Econômica Federal, Banrisul, Justiça, prefeitura e outros, além da presença de diretores e diretoras do Sindivigilantes, para os esclarecimentos da assessoria jurídica do sindicato.

Nas ações coletivas, o sindicato está pedindo à Justiça o pagamento direto dos salários que não foram pagos, rescisão com base no novo salário (reajustado em primeiro de fevereiro) e Fundo de Garantia (FGTS).



Assessor jurídico, ao centro, recomendou ações individuais imediatamente

Além disso, foi recomendado que os trabalhadores e trabalhadoras ingressem imediatamente com ações individuais, que são mais rápidas, pedindo também a baixa da carteira, o pagamento da multa por atraso de salário, diferenças de VA e VT, dano moral, horas extras não pagas e outros direitos, conforme cada caso.

Essas ações precisam ser urgentes porque a Mobra pediu autofalência, e caso a falência seja concedida pela Justiça todo o dinheiro da empresa ficará indisponível, dando início a um processo que deverá ser muito longo.

Outra reunião, com a mesma pauta, aconteceu em Rosário do Sul, com as presenças do assessor jurídico Jorge Young, do presidente do sindicato, Loreni Dias, e a diretora Elisa Araújo.

Novas reuniões com vigilantes da Mobra estão marcadas para o próximo sábado, dia 10:

Tramandaí – 10/06 às 09 horas – Câmara Municipal de Tramandaí.

Charqueadas – 10/06 às 09 horas – Sindicato dos Metalúrgicos de Charqueadas.

Camaquã – 17/06 às 14 horas – Rua João Brandão, 88, Bairro São José.

Vigilante, não abra mão de seus direitos, compareça e receba da nossa assessoria jurídica todas as informações que precisa.

Participe!

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Lula veta transferência de recursos do Sistema S para a Embratur

O presidente disse que a medida retiraria valores “consideráveis” do orçamento do Sesc e do Senac



Caroline Oliveira

Trabalhadores do Sesc e do Senac se manifestaram contra a proposta na última terça-feira (16), em São Paulo - Ricardo Ferreira/Sesc

Como havia prometido, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou a transferência de 5% dos valores arrecadados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) para a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), nesta terça-feira (30).

Na mensagem de veto – por meio do qual o presidente informa ao Congresso Nacional os motivos que o levaram a vetar uma medida –, Lula afirma que a medida retiraria “valores consideráveis do orçamento (...) o que pode acarretar em prejuízos para alguns serviços sociais relevantes prestados pelas entidades do Sistema S”.

O presidente, entretanto, sancionou o restante da Lei 14.592/2023, que traz novidades para o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), incluindo benefícios para diversos setores, como entretenimento, combustíveis e empresas aéreas.

Autora do projeto sobre a transferência dos recursos, a Embratur argumentava que desde 2019, quando deixou de ser autarquia federal e foi reclassificada como serviço social autônomo, a empresa foi retirada do orçamento da União e busca outras fontes de financiamento permanente. Em nota, a empresa destacou que “a escolha pelo Sesc e Senac é o mais justo: o recurso vem do setor que se beneficia com a atuação da Embratur”.

Caso a medida fosse aprovada, cerca de R\$ 445 milhões seriam destinados à Embratur todo ano. O valor corresponde a 5% do orçamento do Sesc e do Senac de 2021: aproximadamente R\$ 8,9 bilhões, segundo dados da Receita Federal, sendo R\$ 5,7 bilhões do Sesc e R\$ 3,2 bilhões do Senac.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que representa ambos os serviços, a perda de 5% sobre o orçamento poderia representar para o Sesc uma redução de R\$ 121 milhões em atendimentos gratuitos, 2,6 milhões de quilos de alimentos distribuídos, 2,6 mil exames clínicos, 7,7 mil matrículas em educação básica, 37 mil atendimentos em atividades físicas e recreativas, 2 mil apresentações culturais com público de 14 milhões, o fechamento de 36 unidades, corte de 1.994 postos de trabalho e encerramento de atividades em 101 municípios.

Já o Senac previa uma perda de 7 milhões de horas-aula gratuitas, 31.115 matrículas gratuitas, 29 centros de formação profissional, 23 laboratórios em turismo, corte de 1.623 postos de trabalho e encerramento de atividades em 95 municípios.

Edição: Rodrigo Durão Coelho
FONTE: Brasil de Fato | São Paulo (SP)

Lucros bilionários dos bancos em 2022 expõem abismo socioeconômico do país

Enquanto bancos lucraram R\$ 106,7 bilhões no ano passado, cresceu o endividamento da população. Alta taxa de juros imposta pelo autônomo Banco Central é fator determinante para este cenário

REPRODUÇÃO



Privilegiados pelo sistema econômico brasileiro, mesmo em um cenário de crescimento restrito, os cinco maiores bancos do país obtiveram um lucro líquido em 2022, de cerca de R\$ 106,7 bilhões. É o que mostra o estudo “Desempenho dos bancos 2022”, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), publicado esta semana.

O estudo, conduzido pela economista Vivian Machado, da subseção do Dieese na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), aponta que o montante acumulado pelos bancos se deu em cenário de manutenção da taxa básica de juros, a Selic, definida pelo Banco Central, em 13,75%.

A taxa de juros em patamar elevado – o Brasil tem a maior taxa do mundo – dificulta o crescimento da economia, a geração de emprego o provoca um aumento do endividamento das famílias brasileiras. Com juros mais altos, contas a pagar ficam mais altas, o que impacta

diretamente no orçamento do brasileiro.

“De um lado os bancos acumulam altos lucros, um aumento de 9,25% em relação a 2021, e de outro um crescimento do endividamento das famílias, por conta dos altos juros”, afirma a economista.

De acordo com os dados do Banco Central, no ano de 2022 foi registrado um crescimento de 20,7% na utilização do crédito Pessoal Física. Grande parte desse resultado, 85%, vem da utilização do cartão de crédito, cujas taxas de juros do rotativo estão acima dos 410% ao ano.

“No ano passado observamos que as pessoas usaram muito o cartão de crédito para pagar as despesas domésticas e comprar comida para casa. E o endividamento das famílias acontece também por que elas acabam recorrendo ao parcelamento da fatura ou mesmo ao rotativo do cartão”, explica Vivian Machado.

Números do endividamento

A parcela de famílias brasileiras com dívidas (em atraso ou não) chegou a 78,3% em abril deste ano. A taxa é a mesma observada no mês anterior, mas está acima dos 77,7% de abril de 2022.

O aumento da inadimplência atingiu também a classe média, estrato social em que as contas ou dívidas em atraso aumentaram. As famílias inadimplentes de todas as classes sociais chegam ao índice de 29,1%, abaixo dos 29,4% de março, mas acima dos 28,6% de abril de 2022. Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada

no início de maio pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A pesquisa mostra ainda que:

- Aqueles que não terão condição de pagar suas dívidas somaram 11,6%, percentual superior aos 11,5% de março e aos 10,9% de abril do ano anterior.

- A cada 100 consumidores inadimplentes em abril, 45 estavam com atrasos por mais de três meses.

- Do total de consumidores endividados, 86,8% têm dívidas no cartão de crédito e 9% com crédito pessoal.

Este quadro de endividamento tende a aumentar nos próximos meses. A previsão é que o percentual de 78,3% se mantenha nos próximos dois meses e suba para 78,4% em julho, segundo a CNC.

A roda da economia

O lucro dos bancos, afirma a economista, é resultado direto da manutenção da taxa de juros (Selic), ainda que os bancos tenham elevado seu provisionamento por causa da alta inadimplência e pelo escândalo das Americanas, que entrou na Justiça com pedido de recuperação judicial com uma dívida de cerca de R\$ 40 bilhões. Os bancos são os principais credores das Americanas, e por isso, o risco de 'calote' foi elevado.

“É um dinheiro que sai do bolso dos clientes e vai parar no sistema financeiro. Com juros altos, os bancos elevam todas as taxas. E sai do governo também já que os bancos tem 30% dos títulos da dívida pública”, diz Vivian Machado.

Ela explica que os bancos ganham em diversas frentes como as operações de crédito, títulos de valores mobiliários e com os recursos que têm parados no Banco Central e rendendo juros. Com a Selic alta, todas as operações ficam mais caras aos devedores. Portanto, quem mais ganha são os bancos.

Vivian Machado diz ainda que enquanto isso acontece, a economia perece. “É um dinheiro que poderia estar circulando na economia, no bolso do trabalhador, comprando mais, com indústria produzindo mais, gerando mais empregos, mais arrecadação, mais investimentos públicos”.

Empregos

Enquanto bancos aumentam seus lucros, o emprego no sistema financeiro sofre uma transformação prejudicial aos trabalhadores. Em 2022, segundo os dados, 617 agências bancárias foram fechadas.

“O que temos visto é uma substituição de agência por unidades de negócios e agências digitais, que têm menos pessoas trabalhando no atendimento. Além da tecnologia que permite que as operações bancárias sejam virtuais, como os aplicativos de celular”, diz Vivian.

Por outro lado, ainda que o saldo de contratações tenha sido positivo no ano passado, são empregos em atividades não configuradas como 'categoria bancária'. “Os bancos apostam há tempos na contração das fintechs [empresas especializadas em tecnologia voltada ao sistema financeiro] do que nos bancários em si”, diz Vivian.

A categoria bancária tem direitos garantidos e protegidos pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) negociada entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). Vivian Machado ressalta que, por este aspecto, a atuação dos bancos caracteriza um 'esvaziamento' da categoria com o propósito de reduzir encargos com direitos.

E é prejudicial também à população que precisa de atendimento. Exemplo os aposentados e idosos que têm dificuldade em lidar com a tecnologia. “São pessoas que dependem do atendimento bancário humano”, pontua a economista

Fonte: CUT - André Accarini | Editado por:

Rosely Rocha

Espanha pós-reforma trabalhista tem redução de desempregados e recorde de contribuintes à seguridade

País fechou maio com 2,7 milhões de desempregados, menor número para o mês desde 2008. Contratos temporários diminuem



Ministra Yolanda Díaz destacou efeitos positivos da reforma trabalhista, do aumento do salário mínimo e de políticas públicas

Dezessete meses depois da aprovação da reforma da legislação trabalhista, a Espanha exhibe indicadores positivos sobre o emprego. O número de desempregados, por exemplo, somou 2.739.110 em maio, o menor para esse mês desde 2008, segundo dados do Ministério do Trabalho e Economia Social divulgados nesta semana. Em relação a 2022, são 183.881 pessoas a menos, redução de 6,29%. No mês, menos 49.260 (-1,77%). A queda atingiu todos os setores.

“Ainda são muitas (*personas desempregadas*), porém é menor quantidade desde 2008” afirma a ministra Yolanda Díaz, também 2ª vice do governo espanhol. Em dois anos, lembrou, o total de desempregados caiu em aproximadamente 1 milhão. “A reforma trabalhista, o aumento do salário mínimo e as políticas ativas de emprego são instrumentos essenciais para acabar com um problema que arrastamos há quatro décadas.”

Contratações

Além disso, destacou a ministra – que recentemente recebeu seu colega brasileiro, Luiz Marinho –, o país atingiu a maior quantidade de pessoas que contribuem para o sistema de seguridade social: 20,8 milhões. Ou exatos 20.709.078.

Apenas em maio, foram registrados 1,412 milhão de novos contratos, sendo 625 mil (44,25%) por tempo indeterminado. Esse era um dos principais problemas apontados para justificar a revisão da legislação trabalhista: a excessiva quantidade de contratos temporários. No mês passado, a porcentagem de trabalhadores com contrato temporário se manteve próximo do mínimo histórico de 14%. Antes da reforma, esse total chegava a 30%.

Setores e regiões

De acordo com os dados oficiais, o desemprego diminuiu em todos os setores econômicos, em todas as regiões do país (as “comunidades autônomas”) e tanto para homem como mulheres. O total de jovens menores de 25 anos desempregados (188 mil) também é o menor da série histórica.

Entre os setores, a queda em maio foi de 1,74% nos serviços, 2,07% na indústria, 1,82% na construção e 2,3% na agricultura. No caso das mulheres, o desemprego atinge 1.655.027 (-1,46%). São 1.084.083 homens desempregados (-2,23%).

FONTE: RBA

Governo cria GT para revisar marco legal da previdência complementar

Foto: reprodução



O governo Lula publicou, nesta sexta-feira (2), no Diário Oficial da União o decreto nº 11.543, que cria um grupo de trabalho (GT) de previdência complementar fechada.

“A proposta havia sido apresentada por nós à equipe de transição do governo. É uma das prioridades da Agenda Positiva da Previdência Complementar Fechada que elaboramos”, explicou o presidente da Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão e Autogestão em Saúde (Anapar), Marcel Barros.

Para o diretor eleito de Seguridade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Wagner Nascimento, o decreto atende a uma demanda dos participantes e assistidos de fundos de pensão. “Nós precisamos de uma revisão do marco legal, para fortalecer

a previdência complementar fechada, com mais segurança jurídica e garantia de proteção aos participantes e assistidos”, pontuou.

“Importante a criação deste GT para fortalecer e aprimorar os fundos de pensão fechados”, avaliou também Rita Berlofa, secretária de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e participante do Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev).

“Vivenciamos, nos últimos anos, uma sequência de ataques contra as nossas entidades de previdência complementar e

seus dirigentes eleitos, na tentativa de o mercado colocar a mão na gestão dos recursos acumulados pelos trabalhadores. Por isso, é importante um grupo de trabalho para aprimorar e fortalecer o sistema de previdência complementar fechado, a fim de dar segurança jurídica não só às entidades, mas também para os participantes e dirigentes”, completou Rita.

“Não há dúvidas de que precisamos de um marco legal atualizado para proteger as entidades fechadas. As mudanças no passado recente na legislação previdenciária fragilizaram o sistema de previdência complementar fechado”, observou o diretor de benefícios da Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa, Jair Pedro Ferreira.

Ele lembrou que, no ano passado, o então governo federal tentou acabar com a exclusividade dos fundos fechados de previdência na gestão dos recursos dos empregados das estatais, a partir de alterações nas leis complementares 108 e 109 de 2001, que regulamentam o regime de previdência complementar de entidades abertas e fechadas.

“Precisamos de regras claras e que protejam as entidades da cobiça do mercado, para gerir recursos que são das entidades fechadas de previdência, que são dos trabalhadores das estatais para a complementação da renda, no futuro”, concluiu Jair.

Formato do GT

O coordenador do GT será o secretário do Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência, Paulo Roberto dos Santos Pinto. O grupo terá representação quadripartite, das seguintes instituições:

- Ministério da Previdência Social, por intermédio do secretário Paulo Roberto dos Santos Pinto (que será o coordenador) e de um integrante do Departamento de Políticas

e Diretrizes de Previdência Complementar da Secretaria de Regime Próprio e Complementar.

- Governo, com um representante da Casa Civil, um representante da Previ e um dos ministérios da Fazenda e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

- Um representante da Anapar.

- Um representante da Abrapp e das patrocinadoras e instituidores.

Durante o 24º Congresso Nacional da Anapar, realizado nos dias 25 e 26 de maio, em São Paulo, Santos Pinto havia adiantado que o GT já havia sido aprovado dentro da pasta e só aguardava a publicação do decreto.

“A ideia de um GT quadripartite é garantir representação do governo, dos patrocinadores, dos participantes e das entidades, para que a gente possa revisar as resoluções do CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar), mudando o que é mais importante para fortalecer o setor”, explicou no encontro.

“Logo na primeira comissão temática [do GT], vamos discutir a questão da marcação ao mercado e da marcação na curva. Não faz sentido só os [planos] BDs [Benefício Definidos] terem isso. O que tem que nortear essa discussão não é o tipo de plano e sim o ALM [Asset Liability Management/técnica de gerenciamento de riscos para evitar o descasamento entre ativo e passivo] de cada entidade. Se ela [a entidade] tem capacidade de manter aquele recurso aplicado, sem movimentar por mais de cinco anos. Se a ALM dela permite, não faz sentido sujeitar os participantes e a sua própria estrutura à volatilidade do mercado e a ficar tendo que fazer uma estratégia de investimento ‘curto prazista’, prejudicando o resultado do plano”, complementou o secretário.

FONTE: CONTRAF

Comissão discute MP sobre prazo de adaptação a novas regras de licitações



A relatora, senadora Tereza Cristina, e a presidente da comissão, deputada Lídice da Mata Roque de Sã/Agência Senado

A comissão mista responsável pela análise da medida provisória sobre a nova Lei de Licitações fará na terça-feira (13), a partir das 14h30, audiência pública para debater o texto (MP 1.167/2023), que prorrogou para até o final de 2023 o prazo de adaptação da administração pública à nova lei.

A medida é uma demanda das prefeituras, já que a maior parte delas ainda não conseguiu se adaptar às normas da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133, de 2021), que exige treinamento de pessoal, mudança em rotinas administrativas e investimentos em tecnologia. Com isso, estão valendo até dezembro de 2023 as regras da antiga Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666, de 1993), da Lei do Pregão (Lei 10.520, de 2002) e do Regime Diferenciado de Contratações Públicas, o RDC (Lei 12.462, de 2011).

Foram convidados para a audiência representantes da Confederação Nacional dos Municípios, da Frente Nacional de Prefeitos, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Confederação Nacional da Indústria.

A comissão da medida provisória é presidida pela deputada Lídice da Mata (PSB-BA). A relatora do texto é a senadora Tereza Cristina (PP-MS). De acordo com o plano de trabalho da relatora, a apresentação e a votação do relatório devem ocorrer no dia 4 de julho.

A reunião será na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado.

Fonte: Agência Senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF